

## MERITOCRACIA, RESPONSABILIZAÇÃO E RESULTADOS NA GESTÃO MUNICIPAL EM PELOTAS - RS

WANDERSON FERNANDO ROSSALES DE VASCONCELOS<sup>1</sup>;  
RODRIGO SERPA PINTO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas– wandersonvasconcelos@terra.com.br*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas– serparg@ufpel.edu.br*

### 1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, constatam-se denúncias, processos judiciais e até mesmo prisões resultados de atos de corrupção, desvios de verbas públicas nos três entes do Estado-Nação, isto é, na União, Estados e Municípios, tais delitos praticados por servidores públicos, agentes políticos de diversos níveis hierárquicos. Diante deste cenário a sociedade passa a ter um olhar mais crítico para as instituições e os indivíduos que nelas laboram, seja de forma efetiva ou eletiva. No entanto, no contexto histórico verifica-se que para a gestão pública ter êxito nas suas ações junto à sociedade, fora necessário normatizar as relações no que tange pessoas, estruturas das instituições e os agentes políticos empossados no governo. Diante deste contexto, surgiu a Administração Pública burocrática, com sua origem que remonta ao século XIX, onde o Estado tinha características liberais. A administração burocrática além de organizar toda uma estrutura de forma racional legal visa também coibir atos de corrupção, nepotismo e patrimonialismo. Com vistas a prestar um serviço isento e com a máxima lisura.

A administração burocrática pauta-se por pilares weberianos que norteiam as ações e relações de uma determinada organização, tais como: profissionalização, a ascensão na carreira, hierarquia, impessoalidade e o formalismo. No que tange às pessoas na organização burocrática CAMPOS (1978) apud MAX WEBER, aborda que o recrutamento, seleção e a investidura em cargos dar-se-á por critérios de competência e meritocracia, ou seja, critérios racionais de demonstração de competência como no caso dos concursos públicos. Já o desenvolvimento no decorrer da carreira ocorrerá pelo mérito baseado no desempenho do indivíduo. Entretanto, conforme NUNES (2003), há de se levar em consideração que muitas políticas públicas não conseguem atingir resultados ou quando os alcançam, ocorre de forma difusa de seu conteúdo. Isto ocorre devido ao contexto histórico de formação cultural, político, econômico e social construído no país desde seu descobrimento, como por exemplo, ao desenvolvimento do patrimonialismo, mandonismo, clientelismo, coronelismo e outros “ismos”, tais conceitos herdados de nossos colonizadores lusitanos. O clientelismo, por exemplo, está institucionalizado nas relações sociais brasileiras ao longo do tempo teve sua atuação reduzida, porém ainda é bem presente no campo da relação “Estado x Políticas x Sociedade” principalmente em municípios de menor porte. Essa relação clientelista se dá na prática em troca de favores, onde o político no poder possui acesso e capacidade de trazer recursos de fora para desenvolver sua cidade, montar coalizões e manter uma grande rede contatos, outros fatores como indicações de cargos, apoio a políticas de desenvolvimento econômico do empresariado também fazem parte do pacote clientelista, em troca de benesses os favorecidos propõe se em manter o agente político nas mais variadas esferas de poder. Como contraponto às relações clientelistas o universalismo de procedimentos que baseia-se no direito iguais na formalidade dos atos, na impessoalidade é instrumento fundamental para a

democracia no Brasil. O universalismo de procedimentos ganhou proporções maiores com a constituição de 1988, a constituição cidadã assim como foi chamada, garante diversos direitos sociais de suma importância para a democracia como direito ao controle social, ou seja, o cidadão tem o direito de exercer o controle, ou seja verificar se determinada política pública logrou êxito, outrossim tal instrumento também serve para verificar gastos do governo em investimentos, compras e alienações. Com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995 - PDRAE, os governos e instituições públicas passam prover e exigir seus cargos com pessoas que detém de capacidade técnica, formações e especializações, e estimulando a meritocracia impondo metas, avaliando desempenhos e permitindo aos servidores ascensão profissional no serviço público, desta forma seguindo os tipos ideais weberianos para ocupar cargos públicos com vista a obter melhores resultados na implementação de políticas públicas que de fato atinjam objetivos primando por valores de eficiência e eficácia. Neste sentido PALUDO (2013) acrescenta que a certeza que as normas serão seguidas a rigor, originava-se do poder institucionalizado garantido pela lei, permitindo impor os deveres e normas aos atos dos indivíduos. A partir do Pdrae nasce a Administração Pública Gerencial, que busca eficiência, eficácia e resultados, passando a dar prioridade a atender as demandas da sociedade e o cidadão pagador de impostos, contribuinte, passa a ser visto como cliente-cidadão. Neste contexto é possível ter a concepção abaixo:

“[...] da reforma do aparelho do Estado, iniciada em 1995, constatou-se que o “problema” do Brasil, estava na governança e não na governabilidade - a questão não era a falta de apoio político ou popular, mas a falta de capacidade técnica-operacional. O texto do Pdrae menciona que o Governo brasileiro **não carece de “governabilidade”**, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um **problema de governança**, na medida que sua capacidade de implementar políticas pública é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa. (PALUDO, 2013, p.127).

Ainda, de acordo com PALUDO (2013), com a reforma do Estado, a administração gerencial pretendia restabelecer um Estado capaz de governar, ou seja, uma maior capacidade de governo, podendo executar de fato leis e políticas públicas, permitindo maior autonomia para diversos órgãos públicos assim como para os gestores usar de diversas estratégias para alcançar resultados previamente estabelecidos pela alta administração. Como forma compensatória o alto escalão exigia o comprometimento com a gestão da coisa pública (res pública) acompanhada de uma cobrança e responsabilização dos resultados alcançados seja estes positivos, parciais ou negativos. Esses fatores de comprometimento, responsabilização do gestor dão origem ao conceito de *accountability*. Com o processo de redemocratização as políticas públicas começam a ter um viés setorial para atingir áreas críticas da sociedade como saúde e educação, mas só o mérito dos agentes executores ou planejadores destas políticas, passa a não ser o bastante, sendo necessário o planejamento estratégico, o olhar crítico, o desenvolvimento constante de quadros técnicos. Esse viés mais estratégico começa ter importância com a ideia de *accountability*. Desta forma, PALUDO (2013) corrobora que o propósito de governos democráticos é maximizar a responsabilização de seus governantes. Neste sentido quanto mais cristalino for a responsabilidade dos agentes políticos para com a sociedade, assim como a cobrança em relação aos governantes (controle social) mais democrático um país será. Tendo em vista o exposto o *accountability*

pode ser considerado como a competência que a instituição política tem de prestar contas com propostas para a sociedade. Desta forma o presente estudo busca trazer os conceitos de meritocracia, responsabilização e governança em que o objeto de análise é o Município de Pelotas, no governo da Prefeita Paula Mascarenhas (PSBD).

## 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foi utilizada pesquisa qualitativa de caráter exploratório que de acordo com LAKATOS e MARCONI (2011) a definem como um processo formal por meios de encontrar soluções para a problemática proposta, através de métodos tais como a pesquisa bibliográfica realizada através revisão livros, artigos e sites, que segundo conforme GIL (2002) tem o propósito de possibilitar buscar uma familiaridade com objeto teórico.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exemplo de meritocracia + *accountability* é no governo da Prefeita Paula Mascarenhas (PSDB) na cidade de Pelotas - RS, lembrando-se dos conceitos weberianos meritocracia, especialização, competência, a prefeita ao invés de nomear alguém de sua coligação ou dos quadros políticos de seu partido abriu um processo seletivo para escolha de um Secretário (a) para a extinta Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira (SMGAF), processo este que recebeu mais de 100 currículos com perfil técnico, conforme entrevista e matéria publicada no site do partido PSDB, a Prefeita Paula alega que o objetivo foi fazer uma chamada pública com vista a ter um banco de pessoas qualificadas na forma da equação perfil + capacidade técnica + visão política + experiência.

A Seleção Pública baseou-se no modelo do banco de talentos criado na prefeitura de Porto Alegre - RS pela gestão do prefeito e também colega de partido Nelson Marchezan Jr. e outro caso de sucesso da cidade de Londrina - PR. Com os currículos, fora utilizada técnicas de triagem e avaliação de perfil, sendo aprovado três candidatos, estes passaram por entrevistas com a participação da prefeita. Neste sentido PAULA alega que a sociedade passa por mudanças globais sendo e o gestor público deve ter a capacidade de aliar conhecimento técnico e visão política. Do processo de seleção o escolhido neste processo foi Jairo Dutra, 56 anos, de Santa Maria, Economista, com larga experiência no setor público visto que trabalhou no Banrisul<sup>1</sup>, CEEE<sup>2</sup>, e nas secretarias estaduais da Fazenda e de Minas e Energia. Recentemente, atuava como consultor em gestão empresarial. Atualmente (2018), com a unificação da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira e a Secretaria de Receita criou-se a Secretaria Municipal da Fazenda onde o Secretário Jairo Dutra é titular. Nota-se que o perfil técnico formação mais a expertise de mercado chegam a um conceito meritocrático para gerir a coisa pública. Entretanto, para tornar o comprometimento do novo secretário e dos demais, entra em cena na gestão municipal de Pelotas o *accountability* na forma do contrato de gestão, todos os secretários assinaram o compromisso de responsabilidade e desempenho de suas secretarias quanto às metas estipuladas pelo governo. De acordo com site da Prefeitura de Pelotas, a contratualização firmará o alcance de metas pelas secretarias que possuem projetos em andamento que necessitem de investimentos, buscando o comprometimento dos gestores para alcance dos

<sup>1</sup> Banco do Estado do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> Companhia Estadual de Energia Elétrica

resultados dentro do alinhamento estratégico do governo. Igualmente, todo o processo de gestão de projetos é realizado por uma ferramenta chamada PROGES, esta permite monitorar e acompanhar todos os compromissos firmados pelos Secretários e também diretores de autarquias, a gestão dos contratos é realizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) tendo em vista o plano plurianual.

#### 4. CONCLUSÕES

Em tempos de conclusão, é possível ter que somente a meritocracia não é suficiente, novas técnicas devem aliar-se a critérios meritocráticos tais como a responsabilização (*accountability*), a valorização dos indivíduos, o aperfeiçoamento contínuo destes. Assim utilizar de ferramentas de gestão fornece norte para que a elaboração e execução de políticas públicas entrem nas agendas dos governos e sejam colocadas para sociedade de forma eficiente e eficaz. Não menos importante, o papel sociedade não pode estar restrito ao ato de empunhar o título de eleitor a cada quatro anos, mas ir, além disso, participar da vida da sociedade exercendo o direito do controle social nas suas diversas formas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da Burocracia**. 4ª Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro - "Os Fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção de um Tipo Ideal - Max Weber".

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. - 7. ed. - 6 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2011

NUNES, Edson. **Gramática da Política Brasileira - Clientelismo e Insulamento Burocrático**. 3ª Edição. Jorge Zahar Editores. Brasília - DF - ENAP. 2003. Capítulo 2: Tipos de Capitalismo, Instituições e Ação Social

PAULA. **Seleção de Secretário**. Acesso em 01 de Jul. 2018. Online. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/prefeitura-tucana-inova-e-escolhe-secretario-com-selecao-publica/>

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

PELOTAS. **Contratos de Gestão**. Acesso em 01 de Jul. 2018. Online. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-e-secretarios-assinam-contratos-de-gestao-segunda-feira>